

Ministro Zanin amplia prazo para reoneração da folha

Projeto foi aprovado na manhã de quinta e vai agora à sanção

Por Gabriela Gallo

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Cristiano Zanin concedeu, nesta quinta-feira (12), mais três dias úteis para que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) sancione o Projeto de Lei 1847/24, que determina a reoneração gradual da folha de pagamento, a partir de 2025.

O magistrado atendeu a um pedido da Advocacia-Geral da União (AGU), protocolado pouco após a Câmara dos Deputados aprovar o texto base da matéria, na noite de quarta-feira (11). A votação dos destaques aconteceu na manhã de quinta-feira (12).

O PL 1847/24 determina a reoneração gradual da folha de pagamento dos 17 principais setores da economia e de municípios com até 156 mil habitantes, em três anos. O projeto, que veio do Senado, foi aprovado por 253 votos favoráveis, 67 contrários e quatro abstenções. Como ele não passou por alterações do que foi entregue pelo Senado, o texto vai agora à sanção presidencial.

Três minutos

Inicialmente, o prazo concedido por Zanin para o projeto ser firmado em lei terminava nesta quarta-feira. A Câmara aprovou o texto base faltando apenas três minutos para encerrar o prazo (23h57). Porém, a votação das emendas do projeto seguiu pela madrugada de quinta-feira – sendo interrompida pouco antes de 2h30 da madrugada e finalizada na manhã de quinta.

Quando o Congresso resolveu manter este ano a desoneração da folha de pagamento dos 17 principais setores da economia e acrescentou também municípios ao projeto, o Supremo



Em sessão esvaziada, deputados concluíram a votação da reoneração da folha

determinou que era necessário encontrar uma compensação para a perda de receita tributária. Como governo e Congresso demoraram a encontrar tal solução, o STF foi estendendo os prazos.

A demora na aprovação do projeto no plenário da Casa aconteceu em decorrência da obstrução de parlamentares da oposição na Câmara, que estão nessa estratégia como forma de pressionar o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG) a dar andamento ao pedido de impeachment do ministro do STF Alexandre de Moraes.

Além disso, a relatora do projeto, deputada Any Ortiz (Cidadania-RS), só conseguiu chegar a Brasília por volta das 22h devido aos problemas no aeroporto de Porto Alegre por conta das enchentes que assolaram o estado. A parlamentar pediu para deixar a relatoria do projeto, por não concordar com o acordo firmado entre Congresso e governo. Quem assumiu o projeto foi o líder do governo na Câmara, deputado José Guimarães (PT-CE).

O projeto

O projeto aprovado nas duas Casas do Congresso determina que, em 2024, a alíquota da folha de pagamento dos 17 setores seguirá zerada. Em 2025, a tributação sobre a folha terá uma alíquota de 5%. Em 2026, será cobrada uma alíquota de 10% e, finalmente, em 2027 voltará a ser cobrada a alíquota de 20%. A folha de pagamento do 13º salário seguirá integralmente desonerada durante o período de transição.

Quanto aos municípios, o texto determina que, em 2024 a alíquota do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) seguirá em 8%. Em 2025, alíquota da folha de pagamento do INSS aumentará para 12%, em 2026 para 16% e a partir de janeiro de 2027 voltará a ser cobrada a mesma alíquota de 20%.

Os municípios contemplados na alíquota reduzida precisam manter os dados cadastrais no sistema eSocial atualizados.

Compensação

O tópico mais polêmico na negociação entre Executivo e Legislativo era como seria compensada a perda arrecadatória de R\$ 17 bilhões com a desoneração. O acordo firmado é que os recursos esquecidos em contas bancárias, por pessoas físicas e jurídicas, serão recolhidos pelo governo. Segundo o Banco Central (BC), a estimativa é que existam R\$ 8,5 bilhões esquecidos em contas bancárias.

O proprietário da conta terá 30 dias, a partir da publicação da lei, para retirar o dinheiro esquecido. Após esse período, o valor poderá ser incorporado ao Tesouro Nacional. Assim que o valor for recolhido, o Ministério da Fazenda publicará no Diário Oficial da União um edital relacionando os valores recolhidos, banco, agência e o número da conta onde o dinheiro está depositado. Após a publicação, o proprietário da conta terá 30 dias para contestar a medida.

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA

Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados



Preterido, Elmar Nascimento insiste em candidatura

Disputa por presidência gera conflitos na Câmara

As fotos em que candidatos à presidência da Câmara aparecem sorrindo ao lado de aliados escondem o clima que vaga pelos corredores da Casa desde que o deputado Hugo Motta (Republicanos-PB) correu por fora e despontou como favorito para o cargo.

Preteridos pelo atual presidente, Arthur Lira (PP-AL), Elmar Nascimento (União Brasil-BA) e Anto-

nio Brito (PSD-BA) sequer apareceram na reunião de anteontem de lideranças partidárias com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

Lira tem repetido que jamais se comprometera em indicar Elmar. Insiste que considerava Motta uma boa opção caso não houvesse consenso e se o presidente do Republicanos, Marcos Pereira (SP), retirasse sua candidatura.

Terno novo

O problema é que Elmar, apesar da resistência do Palácio do Planalto, já pensava no terno e na gravata que usaria na posse. Sentido-se traído pelo amigo Lira, resolveu continuar em campanha, agora fazendo dobradinha com Brito, que era o favorito do Planalto.

Não desmentiu

O líder do PT, Odair Cunha (MG), foi que anunciou o apoio de Lira a Motta. O presidente da Câmara não desmentiu a informação, mas, pelo menos até o fim da tarde de ontem, não havia feito um anúncio público de sua opção. Políticos experientes evitam fechar portas.

Rovena Rosa/Agência Brasil



Prefeito tenta se afastar da polarização

Campanha de Nunes: eleitor quer chamar o síndico

O resultado da pesquisa Datafolha que indica um crescimento de cinco pontos de Ricardo Nunes (MDB) está sendo visto em sua campanha como uma confirmação de tese defendida há meses por lá: a de que muitos eleitores paulistanos estariam mais preocupados com a administração da cidade do que com questões nacionais.

O MDB e aliados procuraram emplacar a imagem de que Nunes era um síndico, uma forma também de fugir da identificação com Jair Bolsonaro, muito rejeitado na capital. A ascensão de Pablo Marçal chegou a complicar os planos do atual prefeito, mas, agora, a situação é vista como mais favorável.

Independente

A resistência do ex-presidente em dar apoio explícito a Nunes e suas idas e vindas em relação a Marçal facilitaram a tarefa. Como frisou um aliado, não dá pra dizer que o prefeito que tenta a reeleição depende apenas dos votos de simpatizantes de Bolsonaro.

Alívio

A campanha de Guilherme Boulos (Psol) também comemorou a pesquisa: a oscilação positiva de dois pontos percentuais indica que o candidato pode ter voltado a crescer. A liderança entre jovens e o crescimento do apoio entre pobres foram bem destacados.

Bets fora 1

Presidente do PT, a deputada Gleisi Hoffmann (PR) protocolou projeto para proibir a publicidade das casas de apostas. Na justificativa, afirma que a medida é essencial para "reduzir a exposição da população a conteúdos que podem induzir ao comportamento de risco".

Bets fora 2

A proposta fala em impedir "as ações de comunicação, de publicidade e de marketing da loteria de apostas de quota fixa". Ou seja, caso aprovado, o projeto de Gleisi afetaria até mesmo a exposição das marcas das bets em estádios e em camisas de times de futebol.

PF investiga desvio em obra com emenda de Hugo Motta

Por Karoline Cavalcante

Problemas no horizonte do líder do Republicanos, Hugo Motta (PB), candidato à Presidência da Câmara com o apoio do atual presidente, Arthur Lira (PP-AL). A Polícia Federal (PF) deflagrou nesta quinta-feira (12) a "Operação Outside" que tem por objetivo apurar irregularidades no processo de uma obra de restauração da Alça Sudeste e da Avenida Manoel Mota, no município de Patos, na Paraíba. A investigação foi realizada em conjunto com o Ministério Público Federal (MPF) e com a Controladoria-Geral da União (CGU).

A investigação aponta para mais um suposto caso de irregularidades envolvendo a destinação das emendas de relator, que até há pouco tempo integravam o que se condicionou chamar de orçamento secreto. No caso, tal obra é declaradamente financiada por uma emenda de relator que, na verdade, era apadrinhada por Hugo Motta, com um montante inicial de R\$ 5.071.801,50.

Irregularidades

Segundo a CGU, os trabalhos começaram com a coleta de informações e a análise de documentos referentes à contratação da empresa encarregada da execução da obra. "Foram



Investigação vê irregularidade em emenda de Hugo Motta

identificadas irregularidades, como indícios de que as empresas participantes da licitação simulavam concorrência, regras no edital que restringiam a participação de outras empresas e superfaturamento nos valores cobrados" informou o órgão.

Até o final da manhã, foram cumpridos dois mandados de busca e apreensão expedidos pela 14ª Vara Federal em Patos contra a construtora e o empresário responsável. Conforme autorização da Justiça Federal, foi permitido o sequestro de bens móveis e imóveis pertencentes aos investigados, "no valor de R\$ 269.108,21, referente ao superfaturamento identificado pela CGU em um dos aditivos contratuais", informou a PF.

De acordo com a Polícia Federal, caso se confirme a autoria e a materialidade dos delitos, os investigados poderão ser responsabilizados por crimes como frustração do caráter competitivo, pagamento irregular em contrato administrativo, peculato, crimes tributários e lavagem de capitais.

À época, Motta, que é filho do prefeito de Patos, Nabor Wanderley (Republicanos), anunciou a parceria em publicação nas redes sociais.

"Alça Sudeste é um fruto do nosso trabalho em Brasília em parceria com o prefeito Nabor Wanderley. Melhorar a infraestrutura urbana, descentralizando os investimentos e auxiliando no crescimento

ordenado da cidade é um compromisso que temos com Patos. Vamos seguir trabalhando para que mais investimentos cheguem e beneficiem a população", afirmou.

Procurada pelo Correio da Manhã, a assessoria do deputado informou que não vai se manifestar, frisando que "ele não é investigado e nem suspeito".

À reportagem, a Prefeitura Municipal de Patos de Minas ressaltou que "o contrato em questão não foi assinado pela atual administração" e o município não está sendo investigado.

"O Município de Patos esclarece que não está sendo investigado e não recebeu qualquer mandado de busca e apreensão em suas instalações. A prefeitura destaca que tem colaborado de forma plena com as investigações, tendo fornecido todos os documentos e informações solicitados relacionados ao contrato celebrado em 2020", iniciou a prefeitura. "A administração municipal permanece disponível para esclarecer eventuais dúvidas e fornecer explicações adicionais que possam contribuir para a elucidação dos fatos. É fundamental ressaltar que o contrato em questão não foi assinado pela atual administração e que não existe vínculo com as empresas investigadas", diz a nota da prefeitura.